

ARTIGO ORIGINAL

**OS PRINCIPAIS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA TOMADA DE
DECISÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS E AS NOVAS
ESTRATÉGIAS PARA RETOMAR A ECONOMIA**

ORIGINAL ARTICLE

**THE MAIN EFFECTS OF THE PANDEMIC OF COVID-19 ON THE DECISION-
MAKING OF SMALL AND MEDIUM-SIZED BRAZILIAN COMPANIES AND THE
NEW STRATEGIES TO RESUME THE ECONOMY**

Fernanda Martins Salvan¹
Guilherme Edvar Pavei²
Oswaldo Alencar Billig³

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC, Brasil

RESUMO

Com o surgimento da pandemia de Covid-19, iniciada no ano de 2020, as incertezas e desafios provenientes da pandemia trouxeram um cenário completamente diferente do que era de costume e uma nova realidade a qual as empresas tiveram que se adaptar a qualquer custo. O objetivo deste estudo é analisar o cenário nacional brasileiro durante a pandemia e quais foram os impactos e decisões sobre as pequenas e médias empresas brasileiras. Investigamos quais foram as medidas tomadas pelo governo brasileiro a fim de evitar a falência das pequenas e médias empresas e qual foi o papel da internet durante este período e o que ainda permeia na rotina das empresas e seus trabalhadores mesmo após a liberação do trabalho e atividades presenciais. A metodologia utilizada nesta pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de analisar um assunto contemporâneo, a pandemia do Covid-19 e seu respectivo impacto nas pequenas e médias empresas do Brasil. O advento da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) tem causado efeitos catastróficos na saúde econômica das micro e pequenas empresas brasileiras. Muitas atitudes foram tomadas para auxiliar as empresas nesse momento sensível, assim como: auxílios governamentais e novas estratégias para retomar a economia.

Palavras-Chave: Covid-19, pequenas e médias empresas, pandemia, auxílio financeiro.

ABSTRACT

With the emergence of the new Covid-19 pandemic, which began in 2020, the uncertainties and challenges arising from the pandemic brought a completely different scenario from what was usual and a new reality that companies had to adapt to at any cost. The objective of the study is to analyze the Brazilian national scenario during the pandemic and what were the impacts and decisions on Brazilian small and medium-sized enterprises. We investigated what were the measures taken by the Brazilian government in order to prevent the bankruptcy of small and medium-sized enterprises and what was the role of the Internet during this period and what still permeates the routine of companies

¹ Acadêmica do Curso de Relações Internacionais no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: fernandamsalvan@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Relações Internacionais no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: guilhermepavei17@gmail.com

³ Doutorando em Administração na Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) Pós-graduado - MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professor da UDC. E-mail: probillig@gmail.com

and their workers even after the release of work and face-to-face activities. The methodology used in this research is characterized as a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, with the aim of analyzing a contemporary subject, the Covid-19 pandemic and its respective impact on the pequenas and medium-sized companies in Brazil. The advent of the Pandemic of the New Coronavirus (Covid-19) has caused catastrophic effects on the economic health of Brazilian micro and small companies. Many actions were taken to help companies at this sensitive time, as well as: government aid and new strategies to resume the economy.

Keywords: Covid-19, small and medium-sized enterprises, pandemic, financial aid.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo se encontrava em meio a uma pandemia. No Brasil, no final de fevereiro deste ano o primeiro caso do vírus COVID-19 foi confirmado e no mês seguinte, em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente o início da pandemia. Com isso, a população precisou ficar em isolamento para que o vírus pudesse ser contido e conseqüentemente muitas empresas que não eram consideradas geradoras de serviços essenciais precisaram fechar as portas ou mudar sua maneira de negócio.

De acordo com estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do segundo trimestre de 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) marcou uma queda de 9,7%. Esta queda aconteceu em decorrência da pandemia e do isolamento social anteriormente mencionado. Ainda segundo o IBGE, 38,6% das empresas que continuaram a funcionar entre a primeira quinzena de junho até a primeira quinzena de agosto de 2020, contaram com efeitos negativos, sendo que 8,7% das mesmas foram obrigadas a diminuir o quadro de funcionários. Em abril de 2020, 69% das PME's (Pequenas e Médias Empresas) marcaram queda em seus respectivos faturamentos (SEBRAE, 2020).

A pandemia influenciou conseqüentemente no mercado internacional, interferindo nos resultados do comércio exterior do Brasil. De janeiro até o mês de setembro de 2020 o número de exportações diminuiu 7,9% em comparação ao ano anterior, somando um montante de 15 bilhões de dólares, segundo a Apex-Brasil em um senso de 2020.

Com a valorização do dólar, em comparação com o Real, e com a redução considerável dos investimentos produtivos das empresas é importante destacar que a partir do segundo semestre de 2020, as exportações de bens e serviços

aumentaram 1,8%, mas por outro lado, as importações sofreram uma queda de 13,2% se comparado com o trimestre anterior (IBGE, 2020).

Neste artigo desenvolvemos a análise sobre os efeitos da pandemia nas pequenas e médias empresas brasileiras (PME's), pontuamos como a internet e demais avanços tecnológicos derivados da mesma foram essenciais para a sobrevivência e inovação das empresas durante este período turbulento e procuramos comparar os benefícios e malefícios da nova forma de trabalho após a normalização das atividades presenciais. Pontuamos também as políticas governamentais adotadas pelo governo brasileiro com o intuito de ajudar as empresas a sobreviverem dentro do comércio doméstico.

A metodologia utilizada nesta pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com a intenção de analisar um assunto contemporâneo, como o cenário único, incerto e turbulento gerada pela pandemia do Covid-19, afetando diretamente as tomadas de decisões das pequenas e médias empresas localizadas no Brasil. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada revisão bibliográfica e coleta de dados e materiais atuais a fim de explicar e investigar o tema.

Em suma, o advento da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) tem causado efeitos catastróficos na saúde econômica das micro e pequenas empresas brasileiras. Muitos negócios tiveram suas operações encerradas temporariamente, enquanto outros encerraram por definitivo, gerando assim demissões e queda brusca no faturamento.

As micro, pequenas e médias empresas são essenciais para a economia nacional, visto que elas garantem a maior geração de empregos e renda para os brasileiros nos últimos anos, razão pela qual possuem seu próprio estatuto, o qual garante tratamento diferenciado e estímulos para que os pequenos negócios cresçam continuamente e permaneçam impulsionando a economia do país.

2 A PANDEMIA NO BRASIL

Um dos maiores desafios da saúde dos últimos anos foi a pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Já havia cerca de 2 milhões de casos de COVID-19 e 120.000 mortes em todo o mundo em abril de 2020, 4 meses após iniciar o surto na China, e estavam previstos ainda muitos casos e óbitos nos próximos meses. No Brasil, até então, tinham sido registrados cerca de 21 mil casos confirmados e 1.200 mortes pela COVID-19 (WERNECK, 2020).

O conhecimento científico era insuficiente sobre o novo coronavírus, sua capacidade de se espalhar rapidamente e matar populações vulneráveis, levou à incerteza sobre as melhores estratégias para como lidar com a pandemia globalmente. No Brasil, esses desafios são em grande escala, pois se sabe menos sobre as características de transmissão da Covid-19 em um contexto de grande desigualdade social, com as populações vivendo em condições de desigualdade de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração.

De um modo geral, a resposta à pandemia de Covid-19 pode ser dividida em quatro fases: contenção, mitigação, supressão e recuperação. A primeira parte, a contenção, se inicia antes que os casos sejam colocados nos dados de um país ou território. O foco principal é rastrear ativamente os viajantes estrangeiros e seus contatos para prevenir ou retardar a transmissão da comunidade. Na pandemia atual, apesar da proximidade de Taiwan, Singapura e Hong Kong à China continental, considera-se crucial uma fase de contenção modelo para reduzir o impacto inicial da pandemia. A experiência anterior com a primeira pandemia de síndrome respiratória aguda grave (SARS) causada pelo coronavírus deste século (2003) pode, pelo menos em parte, explicar a fase de contenção bem-sucedida nesses ambientes.

A segunda fase de remissão começa quando a infecção continua a se espalhar no país. O objetivo aqui é reduzir o nível de transmissão da doença em populações com maior risco de desenvolver doenças clínicas graves e, claro, isolar casos positivos confirmados. Essas medidas, conhecidas como "isolamento vertical", são frequentemente acompanhadas de uma redução no contato social. Na maioria

das vezes começa com o cancelamento de grandes eventos e gradualmente passa para ações como suspender eventos escolares, impedir eventos menores, encerrar cinemas, e shoppings para diminuir a aglomeração e recomendar a redução do movimento de pessoas. Isso é o que é tradicionalmente conhecido como uma pandemia de "achatamento da curva".

Uma outra fase de supressão pode ser necessária quando as medidas anteriores não foram eficazes, pode ser que seja porque não podem ser implementadas de forma adequada e imediata, ou também pelo motivo de não existirem testes diagnósticos suficientes para identificar os indivíduos infectados no início da epidemia, ou por transmissão insuficiente. Durante a fase de repressão, medidas mais drásticas de distanciamento social foram implementadas a toda a população. O principal objetivo nessa fase é retardar a explosão no número de casos o máximo possível até que essa situação dos cuidados de saúde se estabilize, os programas de testes possam ser expandidos e, eventualmente, algum novo tratamento eficaz ou ferramenta de prevenção esteja disponível para auxiliar a população. Há discussões sobre essas medidas de "segregação horizontal", principalmente no que diz respeito ao seu impacto econômico, social e psicológico no nível populacional.

Por último, mas não menos importante, esta é uma fase de recuperação com sinais persistentes de regressão da epidemia e um número remanescente de casos. Esta etapa final requer organização social para a revitalização social e econômica do país e, claro, intervenção estatal.

No Brasil, a questão de saber qual seria a mais adequada ao contexto atual da epidemia, seja "isolamento vertical" ou "isolamento horizontal", tem dominado o debate em diferentes setores da sociedade civil, mas também pesquisadores e profissionais diretamente ou indiretamente ligados na luta contra a epidemia. Esse debate é análogo ao dilema de escolher com base em "estratégias de alto risco" e de "estratégias populacionais"

A adoção de diferentes estratégias de isolamento social, vertical ou horizontal, baseia-se numa análise da situação e progressão da epidemia num determinado

contexto. Assim, do ponto de vista estritamente teórico, uma estratégia de "isolamento vertical" poderia ser a mais eficaz, pois reduz as repercussões econômicas e sociais associadas ao "isolamento horizontal". Ocorre, porém, que as condições para a execução de um "isolamento vertical" efetivo, na situação atual da epidemia no Brasil, são muito limitadas. Isso se deve em parte à alta taxa de disseminação da infecção e dificuldades no rastreamento e monitoramento de casos e contatos, uma vez que a proporção de indivíduos se aproxima de 80% dos infectados. Além disso, e principalmente devido à falta de uma triagem abrangente criada no início para permitir a identificação precoce de pessoas infectadas. De fato, a experiência da China mostra que, no início da epidemia, cerca de 86% das infecções não foram detectadas, mas a fonte de infecção para cerca de 79% dos casos. Não à toa, os progressos no controle da epidemia na China só ocorreram após a implantação de medidas amplas e drásticas de distanciamento social.

Nos países que apresentam amplas restrições tanto na capacidade de testagem nos momentos iniciais da epidemia como na cobertura da assistência ao paciente grave, como os Estados Unidos e a Itália, o "isolamento vertical" foi inicialmente executado, porém, a evolução rápida do número de casos exigiu, ainda que tardiamente, a introdução da estratégia de supressão via "isolamento horizontal". Da mesma forma, no Reino Unido, a estratégia de isolamento vertical foi inicialmente preconizada, mas a evolução da epidemia e as projeções disponíveis levaram a uma mudança de rumo, com a adoção da estratégia de supressão baseada em isolamento social horizontal.

3 IMPACTO DA PANDEMIA NAS EMPRESAS NO ASPECTO FINANCEIRO

O impacto financeiro provocado pela pandemia do Covid-19 está relacionado aos demais aspectos citados, tendo em vista que a parte financeira potencializa as ações da mesma. Seguindo esse pensamento, pode-se perceber que uma boa gestão financeira se torna fundamental para a sobrevivência em um momento frágil e incerto.

Um estudo sobre as PME's do setor varejista da cidade de Cláudio -MG aponta que os principais impactos da pandemia nas empresas foram negativos, por meio da queda de faturamento, ocasionando demissão ou afastamento de funcionários, redução da jornada de trabalho, suspensão de contratos, entre outras ações. A queda de faturamento já nos primeiros meses de pandemia também foi observada em Schreiberet al. (2021), que analisaram impactos financeiros e econômicos em PME's da região metropolitana de Porto Alegre, RS.

Essa queda de faturamento que ocorreu nas pequenas e médias empresas provocou a necessidade de possuir um auxílio governamental e créditos bancários para que pudessem continuar operando. Tobler (2020) aponta que diversas PME's tentaram usufruir dos programas que o governo disponibilizou, revelando que houve um índice de rejeição para acesso aos programas fornecidos de 9,1% das empresas, por conta da não qualificação delas aos programas. Da população de empresas rejeitadas, 64,4% são de pequeno porte, 30,1% de médio porte e 5,1% de empresas de grande porte (TOOBLER, 2020).

O que ocorreu com algumas dessas empresas que solicitaram o crédito foi que se encontravam em um momento de inadimplência financeira, e com isso novos créditos não eram fornecidos para as empresas, sendo que um dos critérios para se conseguir ajuda era estar com saldo positivo. De acordo com o SEBRAE (2020), as pequenas e médias empresas também encontram dificuldades em conseguir créditos bancários, em que 52,2% de uma amostra de 6.080 PME 's afirmam que uma medida impactante para seu negócio seria uma linha de crédito maior e com juros reduzidos. Entretanto, os bancos encontram-se relutantes em fazer até mesmo um empréstimo com juros altos, uma vez que 51,4% das PME's não conseguiram obter crédito solicitado, seja por dívidas anteriores, por taxas de juros elevadas, ou segundo os bancos, por falta de garantia de retorno.

O que pode ser visto, é que sob o ponto de vista dos bancos e das garantidoras de crédito, existe uma relutância em querer conceder crédito para as Pequenas e Médias empresas, tendo em vista que muitas delas não possuem um planejamento financeiro. O que foi observado em Andrade et al. (2021) em uma pesquisa com PME 's da cidade de Araguaína, TO, no qual constatou que 70% das

empresas consultadas começaram a fazer um fundo de emergência apenas no período da pandemia (TOBLER, 2020).

Como pode ser observado, de acordo com os dados do Banco Central (BACEN), apenas 8% dos empréstimos feitos durante a pandemia durante o período de 16/03/2020 até 15/05/2020, foram destinados para as Pequenas e Médias empresas. Das amostras entrevistadas, 30% das empresas afirmaram que tentaram empréstimos bancários, das quais 59,2% conseguiram o empréstimo solicitado, entretanto 17% afirmaram que não conseguiriam assumir empréstimos sem a realização de demissões e 28,1% não sabiam se haveria necessidade ou não quiseram responder.

Salomé et al. (2021) mostram que no relatório do Banco Mundial a perspectiva da recuperação do varejo pós-quarentena no Brasil se baseia na expectativa de crescimento de 2,2% em 2021, caso o país consiga reduzir a propagação do vírus e a agenda pública priorize o apoio à liberação de crédito, fortalecendo a tributação dos entes subnacionais e apoio às empresas e ao emprego, com vista à recuperação desigual dos postos de trabalho, visto que alguns segmentos vão continuar a sofrer a médio e longo prazo ou vão encolher permanentemente como uma nova forma de lidar com o cliente e comercializar.

Neste aspecto, da dificuldade de conceder empréstimos bancários e dos auxílios, várias propostas foram estudadas e discutidas para a estabilização das pequenas e médias empresas.

4 NEGÓCIOS AFETADOS PELA COVID-19

De acordo com pesquisas realizadas pelo Sebrae (2020) com mais de 6 mil empresários, foi possível observar alguns dos efeitos negativos da pandemia do Covid-19 na economia brasileira. Essa pesquisa aponta 14 segmentos que estão sendo afetados negativamente com essa crise. Comércio varejista, turismo e alimentação são os principais setores impactados.

Quadro 1 – Principais setores da economia brasileira impactados pela Covid – 19

Os principais efeitos da pandemia do Covid-19 na tomada de decisão das pequenas e médias empresas brasileiras e as novas estratégias para retomar a economia

| Segmento | Impacto já observado | Cenário e Tendências | Dicas e alternativas |
|---------------------|--|---|---|
| Comércio varejista | Desde o início da Pandemia do Covid-19, o varejo brasileiro já apresentou uma queda de 27% no faturamento. O pequeno negócio do varejo tem sofrido, de certa forma, um pouco mais do que os outros, tendo registrado queda de 69% com relação a uma semana normal. | Com a continuidade do isolamento social as pessoas começam a estabilizar seus hábitos de consumo, com alguma tendência de leve queda por conta do aumento do desemprego e redução da renda. | Adaptar o negócio para o sistema de delivery é uma boa alternativa para o varejo. Outra solução são os vouchers, ou seja, venda antecipada e disponibiliza um crédito para aquisição de produtos. |
| Alimentos e bebidas | Queda de 66% das vendas na primeira semana das restrições sociais. | Segmento alimentos e bebidas foi um dos primeiros afetados pelas medidas de restrições de funcionamento. | Reposicionar seu negócio: avaliar qual é seu maior diferencial competitivo e planejar o seu modelo de atuação no pós-crise. |
| Turismo | Queda no faturamento dos pequenos negócios de 87% com relação a uma semana normal. | O cenário sinaliza para os negócios do turismo que a retomada não tem data prevista. Há uma tendência em que a economia do turismo ainda seguirá sendo a mais impactada com a crise. | Os hotéis podem negociar com governos estaduais e municipais para hospedar idosos ou profissionais da área de saúde que precisam se manter isolados de suas famílias. |

Fonte: adaptada do Sebrae, 2020.

A importância do mercado varejista no cenário econômico brasileiro é cada vez mais reconhecida e destacada. Essa indústria não só cria os empregos mais formais do país, como também informa um crescimento particularmente abundante e indicadores consistentes de modernização.

Desde o início da pandemia de COVID-19, as vendas no varejo brasileiro tiveram uma queda de -29,0 % nas primeiras semanas de abril. Pesquisa feita pela Fecomércio-RJ (2020) estima que 335 mil assalariados foram ou serão destituídos dos cargos, enquanto 16,1% dos pesquisados afirmaram que o isolamento tem

causado perdas de funcionários. Outros 19% estão considerando demitir seus funcionários.

Segundo a instituição, 83,3% dos empresários continuarão com dificuldades e o déficit de demanda chegará a 70%. A previsão é que o PIB do comércio e serviços do Rio de Janeiro caia cerca de 30 bilhões de reais (FECOMÉRCIO-RJ, 2020).

5 ACELERAÇÃO DOS PROCESSOS TECNOLÓGICOS DAS PME'S DURANTE A PANDEMIA E A POPULARIZAÇÃO DA INTERNET

Durante a pandemia, o mundo todo se viu obrigado a adotar o home office ou trabalho de casa, isso ocorreu em uma escala mundial nunca vista antes. Com as restrições geradas pela pandemia na tentativa de conter o vírus do Covid-19, as empresas rapidamente adotaram ferramentas digitais para sobreviver durante este tempo sombrio, e não diferente para as PME's brasileiras (MICROSOFT, 2022).

Segundo estudos encomendados pela Microsoft, 93% das empresas alavancaram seus processos digitais desde o início da pandemia e cerca de 97% consideram importante manter permanentemente a tecnologia como parte do modelo de trabalho. Durante um estudo realizado entre setembro e outubro de 2021, foi observado o aumento do uso do home office (ou trabalho remoto), devido às restrições impostas durante a quarentena, essa maneira de trabalhar direto de casa foi essencial para que muitas empresas continuassem funcionando (MICROSOFT, 2022).

A pandemia transformou a forma de trabalhar em diversos aspectos e alguns deles, como o trabalho remoto, continuaram a ser utilizados após período de isolamento, e com isso as empresas passaram a considerar importante continuar com as ferramentas que se popularizaram durante este período de quarentena, como os softwares de vídeo conferência, computadores portáteis e o uso de armazenamento na nuvem, sendo estes os recursos com mais sucesso. Segundo Priscyla Laham, vice-presidente de Vendas para o mercado corporativo e SMB da Microsoft Brasil:

As PMEs têm um papel fundamental na economia do nosso País, representando cerca de um terço do PIB nacional, além de serem responsáveis por mais da metade dos empregos formais e informais do

Brasil. Para nós, é muito importante entender como o setor tem se transformado digitalmente e como as nossas tecnologias se conectam para impulsionar esses negócios (2022).

A pandemia de Covid-19 transformou completamente o mundo todo, a rotina familiar, estudantil, a forma de consumo e também a forma de se trabalhar. No Brasil, esse cenário incerto e turbulento trouxe crise às PME's brasileiras, assim como no mundo, e elas mudaram depressa seu modelo de negócio para garantir sua sobrevivência. É de suma importância estar, de certa forma, sempre prontos para enfrentar um momento de dificuldade, quase 50% das pequenas e médias empresas (PME's) brasileiras não contavam com um plano de gestão de continuidade de negócios preparados para conseguir encarar os desafios que surgiram com a pandemia (VISA, 2020).

Gerenciamento de continuidade de negócios é definido como um método pelo qual as empresas planejam restaurar processos de negócios inteiros. Isso inclui planos para desktops, telefones, estações de trabalho, servidores e software, conexões de rede e outros recursos necessários no processo de negócios. Para muitas PME's, a crise foi responsável por gerar um aceleração do processo de transformação digital, abrangendo um aproveitamento da tecnologia já utilizada, a criação e implementação de novas tecnologias e softwares nos negócios e a introdução de novos modelos de negócios digitais (VISA, 2020).

Em um momento de pandemia e com os decretos vindos dos órgãos governamentais, o distanciamento social se tornou obrigatório, popularizando cada vez mais o uso da internet. Com isso, as empresas foram obrigadas a se reinventarem para acompanhar as inovações e se manterem firmes no mercado.

O avanço tecnológico, atualmente, é indispensável para as empresas de qualquer ramo, o uso de mídias sociais em geral e ferramentas que facilitam a comunicação com o consumidor foi popularizado, proporcionando vendas e propagandas apenas de forma digital. Sendo assim, as empresas em geral se viram obrigadas a aderir às plataformas digitais, sendo um caminho para continuar a venda de seus produtos e serviços, se tornando uma forma de sobreviver à crise econômica mundial criada pelo vírus da Covid-19. O investimento e especialização

das empresas nessa área foi essencial para alavancar o crescimento e permanência no mercado (GABRIEL et.al, 2020).

As vantagens criadas pelo avanço tecnológico neste período são inúmeras e inegáveis, no tópico a seguir apresentamos de maneira mais profunda os pontos positivos e também negativos deste processo.

6 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CONTINUAÇÃO DO TRABALHO REMOTO

Mesmo com o fim das restrições, muitas empresas continuaram utilizando o trabalho remoto pelos benefícios que o mesmo gera, como reduzir o tempo excessivo gasto com deslocamento até o local de trabalho e proporcionando uma rotina de trabalho mais tranquila, possibilitando ao funcionário passar mais tempo com pessoas próximas e diminuindo os custos para as empresas, já que não seria necessário gastos com local de trabalho (GRANDA, ALANA 2021).

Outros pontos positivos mostrados pelo uso do home office foram o aumento da qualidade e não interrupções dos serviços, diminuição dos custos com deslocamento, serviços de treinamento e eventos se tornaram mais baratos para as empresas com o uso de recursos de vídeo conferência, não sendo mais necessário alugar espaços para realizar estas atividades.

Os pontos negativos do trabalho remoto englobam a perda de interação e convivência entre os colaboradores, dificuldades com os equipamentos, qualidade e infraestrutura de trabalho, como por exemplo, dificuldade com o acesso à internet e sua respectiva qualidade e falta de cyber segurança. A seguir segue a tradução de uma tabela que resume as vantagens e desvantagens do trabalho remoto para os empregados e os empregadores, publicada pela Dra. Linda Duxbury e Dr. Michael Halinski no The Conference Board Of Canada:

Vantagens:

Empregados: poupar dinheiro (sem gastar com almoço, estacionamento e trajeto), melhoria da produtividade, uma vez que os empregados são mais capazes de se concentrar em tarefas de trabalho individuais e experimentar menos distrações do escritório, aumento da autonomia e flexibilidade (ou seja, maior controlo sobre quando se trabalha, sobre o que se trabalha), aumento da satisfação profissional, da moral e do compromisso com o trabalho e os empregados competentes podem viver onde quiserem.

Empregador: Maior capacidade de recrutar e reter talentos: maior reserva de talentos para escolher, uma vez que os empregadores podem obter talentos de qualquer parte do mundo com ligação à Internet, redução dos incómodos e custos associados à imigração, redução dos custos da empresa, principalmente devido à poupança imobiliária, aumento da produtividade dos empregados, aumento da rentabilidade, redução do absentismo, maior preparação para catástrofes e um campo mais nivelado para organizações que desejam melhorar a diversidade, equidade e inclusão.

Desvantagens:

Empregados: pode ser solitário trabalhar em casa, esforços menos susceptíveis de serem reconhecidos ("fora de vista", Fora de si"), pode ter um impacto negativo na progressão na carreira; perigo de ser negligenciado para promoção, menos contacto social, ou seja, mais difícil de conhecer os colegas, partilhar ideias, construir confiança, menos comunicações espontâneas, mais difícil de trabalhar em equipe - especialmente se outros estão localizados em escritórios, pode resultar em excesso de trabalho, uma vez que as pessoas não possuem horários regulares de trabalho, equilíbrio trabalho-vida; mais difícil de separar, longas horas de teleconferência podem ser cansativas, falta de equipamento necessário e de apoio e desafios como Internet/WiFi.

Empregador: mais difícil para os gestores de supervisionar de forma eficaz trabalhadores à distância, aumento da carga de trabalho da gestão, mais difícil de contratar e de aculturar novos empregados, mais difícil de orientar os empregados, reduz a coesão social na organização, desafios com a segurança e regulamentação de dados, dificuldade em agendar reuniões de equipe, tem um impacto negativo na capacidade da organização de ter sucesso participar em brainstorming, resolução de problemas, e compartilhamento de conhecimentos.

Adaptado de: The Conference Board Of Canada.

Por ser um assunto atual e recorrente, vários estudos foram realizados sobre as vantagens e desvantagens que o trabalho remoto proporciona tanto aos empregados quanto aos empregadores. A tabela acima é um resumo chave que exemplifica o lado positivo e negativo da forma de trabalho que se popularizou com a pandemia do Covid-19, no ano de 2020. No próximo tópico, apresentaremos como o governo brasileiro proporcionou ajuda às empresas nacionais, a fim de manter a economia doméstica o mais estável possível, amparando os empregadores e seus negócios.

7 AUXÍLIOS FORNECIDOS PELO GOVERNO AS EMPRESAS NA PANDEMIA

Diversas medidas foram criadas para ajudar as empresas em meio a Pandemia de Covid-19, como auxílios financeiros, linhas de crédito, empréstimos, entre outros. Uma das estratégias que o Governo utilizou foi a de auxiliar as empresas a conseguirem efetuar o pagamento a seus funcionários e não ocasionar uma demissão em massa. O governo editou a medida provisória 936, que entre outras coisas, permite que a empresa possa suspender temporariamente o contrato de trabalho ou fazer cortes na jornada de trabalho e no salário de seus funcionários sem demitir. Nesta modalidade, o governo complementa parte da remuneração do trabalhador. As empresas também tiveram auxílio do governo com uma linha de crédito para quitar os salários dos trabalhadores.

Para evitar demissões e sustentar tanto os trabalhadores como as micro e pequenas empresas – que compõem 99% de todos os negócios do nosso país e empregam mais de 52% da população brasileira (SEBRAE) –, foi implementada uma nova MP, ou medida provisória, que temporariamente flexibilizou as regras trabalhistas, de modo que empregador e empregado puderam entrar em acordo e ambos fossem protegidos durante a crise do coronavírus.

Para os trabalhadores, o que altera é o fato de que o empregador e o empregado devem entrar em acordo para definir se haverá redução proporcional do trabalho e do salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho.

Com a cessação temporária do contrato de trabalho, o empregador e o empregado podem chegar a um acordo para, em vez de despedir, simplesmente suspender o trabalho por dois meses em que o empregado não irá trabalhar e o empregador só pagará o salário durante o período de suspensão. Neste caso, o empregado tem direito ao valor total do seguro-desemprego durante esses dois meses sem salário.

Com a redução proporcional de trabalho e salário, poderá fazer reduções de 25%, 50 ou 70% da jornada de trabalho por um período de até três meses, se for o

objeto de um acordo individual entre empregado e empregador. No caso de negociação coletiva, as reduções podem ser de qualquer porcentagem, até 100%.

Algo que garantiu aos trabalhadores é que o governo também estabeleceu uma lei onde, após a crise do coronavírus chegar ao fim e empresas voltarem a exercer suas atividades, os empregados deverão manter seus trabalhos pela mesma quantidade de tempo em que ficaram com salários reduzidos ou em que tiveram seus contratos de trabalho suspensos.

Por exemplo, se o empregador suspendeu o contrato de um empregado ou cortou sua jornada de trabalho e seu salário em X% durante dois meses, então, após tudo voltar ao normal, aquele empregado terá direito de manter seu emprego pelos próximos dois meses em que as atividades da empresa forem retomadas. Ou seja, o empregador está proibido de demitir seus funcionários por, no mínimo, a duração em que o empregado ficou sem salário ou com salário reduzido.

Já para as empresas o que muda é que foi estabelecida uma linha de crédito de R\$40 bilhões por dois meses, sendo R\$34 bilhões do governo e R\$6 bilhões de bancos privados. Assim, as empresas puderam financiar os valores necessários para quitar os salários de seus funcionários – ou os percentuais dos salários após feito os cortes – e terão um prazo de 36 meses para pagar esse financiamento de volta.

No entanto, as empresas que tiveram direito a 100% dessa linha de crédito são aquelas que contam com faturamento anual entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões. Para empresas que faturam acima de R\$4,8 milhões por ano, o governo concedeu crédito de apenas 70% para quitar os salários e a empresa deve cobrir o restante. Para pagar o financiamento em até 36 meses, será cobrado juros iguais aos da taxa básica Selic, ou seja, 3,75% ao ano.

Outras medidas de estímulo que foram ofertadas para as empresas brasileiras se destaca o Programa Nacional de Apoio à Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) que possibilitou a liberação de R\$ 62,4 bilhões em mais de 850 mil operações de crédito. Dessas operações, 74% tiveram como beneficiárias as pequenas empresas, e 26%, as microempresas.

A Lei 14.161, de 2 de junho de 2021, transformou o Pronampe em programa permanente de crédito e autorizou a União a aumentar, até 31 de dezembro de 2021, sua participação no FGO (Fundo de Garantia de Operações). Em 2021, foram alocados R\$5 bilhões no FGO, o que possibilitou a contratação de R\$25 bilhões em créditos para micro e pequenos empresários. No próximo tópico, discorreremos sobre outras medidas tomadas pelo governo brasileiro a fim de ajudar as PME's no momento turbulento que foi a pandemia.

8 OUTRAS MEDIDAS

Linhas de crédito em condições especiais foram concedidas pela Caixa (R\$ 5 bilhões para agronegócios e R\$ 40 bilhões para capital de giro), Banco do Brasil (R\$ 5 bilhões no Programa de Geração de Renda para o Setor Urbano – PROGER) e BNDES (R\$ 40 bilhões em créditos para folha de pagamento, R\$ 5 bilhões para MPEs, R\$ 11 bilhões para operações indiretas).

Além destas, outras iniciativas implementadas foram a linha emergencial de crédito para folha de pagamentos, linha de crédito da Caixa e Sebrae para capital de giro com garantias a pequenos negócios, concessão de linhas de crédito em condições especiais pela Caixa, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dispensa de exigências para facilitação de acesso a crédito, parceria entre o BNDES e *fintechs* (empresas que oferecem serviços bancários, com diferenciais de tecnologia e inovação), simplificação das regras do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e tarifa zero de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito.

De janeiro a dezembro de 2020, as pequenas empresas tiveram um saldo de mais de 293,2 mil empregos gerados. Enquanto isso, empresas de médio e grande porte têm 193.600 empregos. O desempenho das micro e pequenas empresas permitiu que o país fechasse 2020 com saldo positivo de 142 mil novos empregos. Em 2020, foram abertas 626.883 MPEs, enquanto em 2019 foram 629.738. Assim, mesmo num ano marcado pela pandemia, apresenta um ligeiro decréscimo de 0,5% face à abertura do ano anterior. Os dados são do Caged (Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados), com análise do Sebrae Nacional (PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS, 2021).

Em resumo, diversas medidas foram tomadas para auxiliar as empresas na pandemia, a maioria delas em forma financeira por meio de auxílio, porém muitas dessas medidas não foram bem divulgadas para todos os empresários, dessa forma, como muitos não sabiam, acabaram por terem sido ainda mais prejudicados do que outros.

No estado do Paraná, pode-se ser utilizado como exemplo a Fomento Paraná e o BRDE, que em 2020, abriu linhas de crédito emergenciais para ajudar aos empreendedores informais, MEIs e empresários paranaenses que passaram por dificuldades frente aos efeitos do coronavírus na economia.

Os recursos são destinados à manutenção de salários e empregos, por esse motivo os juros são menores, os prazos de carência são especiais e o processo foi desburocratizado. Eles ficaram disponíveis a emprestar até R\$ 200 mil linhas de crédito para Empreendedores informais, Meis, micros, pequenas e médias empresas, para alguns desses empreendedores, os juros cobrados eram menos de 0,1%, o que é considerado muito baixo comparado a bancos tradicionais.

Exemplo utilizado acima é sobre o plano da Fomento Paraná de uma linha emergencial de ajuda para pequenos e médios empresários, com taxas de juros baixíssimos, o que facilita muito para os empresários que estavam sofrendo para manter seus negócios.

Com essas linhas de créditos emergenciais, muitos empresários tiveram a chance de melhorar seus negócios e conseguir se manter, alguns conseguiram inclusive aumentar sua receita na pandemia, e crescer seus negócios, dependendo da sua área de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há respostas certas ou estratégias simples diante de cenários incertos, principalmente quando esses cenários representam uma crise global. Assim como a China, o primeiro país a coexistir com a COVID-19, participando de quase todos os setores da economia global, experimentou sua taxa de crescimento mais lenta em

30 anos. As províncias responsáveis por mais de 90% das exportações da China ordenaram que suas fábricas fechassem ou operassem com baixa capacidade (SOHRABI et al., 2020).

Deve-se levar em consideração que um dos maiores desafios que as organizações enfrentam em tempos de crise é a dificuldade de tomar decisões por falta de informação (ALVES & LOPES, 2019). Por ser uma doença e uma condição recente, a lacuna de conhecimento e informação permanece cíclica. No entanto, as organizações devem tomar medidas para reduzir os efeitos nocivos deste momento de crise.

Durante mudanças rápidas e ameaças extremas, apenas seguir em frente, como se fosse nada demais, não é suficiente. Sendo assim, os líderes devem introduzir práticas organizacionais que aprimorem a capacidade da organização não apenas para suportar as incertezas dos tempos difíceis, mas também para emergir mais forte no futuro (PEREIRA, BUDHWAR, TEMOURI, MALIK, & TARBA, 2020).

Pode-se inferir das contribuições teóricas que as medidas governamentais foram essenciais para auxiliar as organizações, principalmente neste momento de crise que atingiu a todos os segmentos de mercado. Estratégias para minimizar tais impactos econômicos e evitar aumentos acentuados do desemprego e falência organizacional requerem, portanto, a intervenção do Estado. Com isso em mente, são elencadas as estratégias necessárias, como: ações emergenciais relacionadas à saúde pública, regulamentação do trabalho remoto, assistência financeira às organizações, comunicação efetiva entre o Estado e as organizações e redução de impostos em tempos de crise.

No que se diz respeito aos trabalhos em home office, estes se configuram como mecanismos de interação e continuidade para o trabalho à distância. No entanto, acelerar a transformação digital, investimento em infraestrutura de TIC, planejamento da força de trabalho, aprimoramento digital, investimento em marketing e branding e pesquisa de comportamento do consumidor pós-pandemia são componentes importantes das organizações que trabalham juntas para combater a pandemia do Coronavírus.

O trabalho remoto se intensificou no contexto da pandemia, mas é importante ser cauteloso e traçar estratégias contra essa tendência na atividade de trabalho remoto. Entende-se que desenvolver políticas empáticas e responsivas, manter a continuidade do trabalho, fornecer e apoiar o trabalho, desenvolver políticas de teletrabalho de longo prazo, orientação de tempo e redução da jornada de trabalho são aspectos que devem ser implementados para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento.

Em suma, o advento da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) tem causado efeitos catastróficos na saúde econômica das micro e pequenas empresas brasileiras. Muitos negócios tiveram suas operações encerradas temporariamente, enquanto outros encerraram por definitivo, gerando assim demissões e queda brusca no faturamento.

As micro, pequenas e médias empresas são essenciais para a economia nacional, visto que elas garantem a maior geração de empregos e renda para os brasileiros nos últimos anos, razão pela qual possuem seu próprio estatuto, o qual garante tratamento diferenciado e estímulos para que os pequenos negócios cresçam continuamente e permaneçam impulsionando a economia do país.

REFERÊNCIAS

ALANA GANDRA. **Agência Brasil**. Trabalho em home office tende a continuar após fim da pandemia. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2021. Empresas avaliam que teletrabalho trouxe benefícios para todos. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/trabalho-em-home-office-tende-continuar-apos-fim-da>

pandemia#:~:text=Os%20ganhos%20ser%C3%A3o%20em%20termos,at%C3%A9%20o%20local%20de%20trabalho. Acesso em: 13 jun. 2022.

ANDRADE, A.; MONTEIRO, L. B.; SOUZA, G. L. A. Planejamento financeiro e sua importância nas micro e pequenas empresas em meio à pandemia da Covid-19. **JNT - Facit Business and Technology Journal**, v. 1, p. 22-45, 2021.

APEX-BRASIL. **Mercados Globais e Coronavírus**: Relatório de Inteligência de Mercado. 4. ed., 31 mai. 2020. Disponível em:

<http://coronavirus.apexbrasil.com.br/info/edicao-4-mercados-globais-e-coronavirus-relatorio-de-inteligencia-de-mercado/>. Acesso em 19 abr. 2022.

BALDWIN, R.; DI MAURO, B. W. **Economics in the Time of COVID-19**. London: CEPR Press, 2020.

BEHERA, R. K., GUNASEKARAN, A., GUPTA, S., KAMBOJ, S., & BALA, P. K. (2020) Personalized digital marketing recommender engine. **Journal of Retailing and Consumer Services**, 53(101179).
<https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2019.03.026>

GRAÇA, N. A. P. **Fatores decisivos no processo de internacionalização das empresas portuguesas para o mercado dos PALOP**. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Gestão, ISCTE Business School -Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

HALINSKI, Michael et al., **Remote, Office, Or Hybrid?** Employee Preferences For Post-Pandemic Work Arrangements, 2021. Disponível em:
<https://challenge.carleton.ca/wp-content/uploads/2022/03/Remote-Office-Hybrid.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE, 2020. **O IBGE apoiando o combate à Covid 19**. Disponível em:
<https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>. Acesso em 10 set. 2020.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). **PIB cai 9,7% no 2º trimestre de 2020**. IBGE, 2020. Disponível em:
[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20igual%20per%C3%ADodo,as%20quatro%20trimestres%20imediatamente%20anteriores](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20igual%20per%C3%ADodo,as%20quatro%20trimestres%20imediatamente%20anteriores.). Acesso em 10 abr. 2022.

IPEA –Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Novo indicador aponta comércio varejista e serviços como prioritários para apoio público pós-Covid19**. Brasília: IPEA, 14 abr. 2020. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35480&catid=9&Itemid=8. Acesso em 19. abr. 2022.

MICROSOFT. **93% das PMEs brasileiras aceleraram seu processo de transformação digital desde o início da pandemia**. São Paulo: Microsoft, 2022. Disponível em: <https://news.microsoft.com/pt-br/93-das-pmes-brasileiras-aceleraram-seu-processo-de-transformacao-digital-desde-o-inicio-da-pandemia-segundo-estudo/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PEREIRA, V., BUDHWAR, P., TEMOURI, Y., MALIK, A., & TARBA, S. (2020) Investigating investments in agility strategies in overcoming the global financial crisis - The case of Indian IT/ BPO offshoring firms. **Journal of International Management**, 100738. <https://doi.org/10.1016/j.intman.2020.100738>

SALOMÉ, F. F. S.; SOUSA, R. M. N.; SOUSA, R. E. A.; SILVA, V. G. M. O impacto da pandemia do COVID-19 na gestão financeira das micro e pequenas empresas do setor varejista de Cláudio-MG. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, e36910615303, 2021.

SCHREIBER, D.; MORAES, M. A. STASIAK, L. O impacto da crise pelo Covid-19 nas micro e pequenas empresas. **Revista Vianna Sapiens**, v. 12, n. 1, 2021.

SEBRAE. **Internacionalização das Micro e Pequenas Empresas**: Oportunidades sugeridas pela experiência internacional. Brasil: Sebrae, 2006. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/internacionalizacao-de-pequenos-negocios-parcerias-para-exportar,1a8cf62f42c17410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 23 abr. 2022.

SEBRAE. **Pesquisa com empresários**: Impactos da COVID-19 nos pequenos negócios. Sebrae, 2020. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Imagens%20SebraeNA/resumo_executivo_-_2a_edicao_pesquisa_com_empresa_rios_covid19_1_.pdf. Acesso em 21 abr. 2022.

SEBRAE. **Pesquisa Sebrae – o impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios**. 6. ed. [S. l.]: Sebrae, 2020b. Disponível em https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/impactocoronavirus-nas-mpe-6aedicao_diretoria-v11.pdf. Acesso em: 12 maio. 2022.

SEBRAE. **Resumo setorial da pesquisa com empresários**: Impactos da COVID-19 nos pequenos negócios. 6 ed. Sebrae, 18 ago 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/ab9bb501c8904a780096e107a93aeace/\\$File/19680.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/ab9bb501c8904a780096e107a93aeace/$File/19680.pdf). Acesso em 13 de mai. 2022.

SEBRAE. **Mercados internacionais**: O que é preciso para empreender no exterior? Sebrae, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/saiba-sobre-planejamento-para-acessar-mercados-internacionais,2770438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 14 abr. 2022.

SHEN, H.; FU, M.; PAN, H.; YU, Z.; CHEN, Y. The impact of the covid-19 pandemic on firm performance. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 56, n. 10, p. 2213-2230, 2020.

TOBLER, R. **Empresas de pequeno porte sofrem muito mais durante a pandemia**. [S. l.]: Blog do IBRE, 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/empresas-de-pequeno-porte-sofrem-muitomais-durante-pandemia>. Acesso em: 15 maio. 2022.

VISA. **Efeitos da Covid-19:** transformação digital nas PMEs. [S.l.]. Visa, 2020. Disponível em: <https://www.visa.com.br/empresas/pequenas-e-medias-empresas/dicas-para-seu-negocio/covid-transformacao-digital-das-pmes.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.